

MIGRAÇÃO

Os resultados da migração interna e internacional apresentados foram analisados tomando por base a informação do lugar de residência (Unidade da Federação ou país estrangeiro) há exatamente cinco anos da data de referência de cada um dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

MIGRAÇÃO INTERNA

Destaca-se que o volume de migrantes apresentou uma redução da ordem de 11% entre os quinquênios 1995-2000 e 2005-2010: 5 196 093 e 4 643 754 migrantes, respectivamente. Levando-se em consideração a intensidade relativa da migração na população total, observa-se uma redução na mobilidade espacial da população. Entre 1995-2000, movimentaram-se 30,6 migrantes para cada mil habitantes, já no período 2005-2010, observaram-se 24,3 migrantes para cada mil habitantes.

Na Região Norte, tanto o volume de entrada quanto o de saída de migrantes foram reduzidos entre um quinquênio e outro. No que diz respeito ao Índice de Eficácia Migratória¹, constata-se que exceto Rondônia, que passou de espaço de rotatividade para área de baixa absorção migratória, e Roraima, que alterou seu *status* de área de forte absorção migratória para espaço de média absorção, as demais UFs permaneceram nas mesmas categorias: Acre e Tocantins - rotatividade migratória; Amazonas - baixa absorção; Pará - baixa evasão; e, Amapá - média absorção.

No Nordeste, Maranhão e Alagoas mantiveram praticamente constante a mobilidade espacial², embora continuassem perdendo população, sendo que os saldos migratórios (imigrantes menos emigrantes) de Piauí e Alagoas foram ainda mais negativos entre 2005 e 2010 do que no quinquênio anterior. Nas demais Unidades da Federação a mobilidades espacial foi menor. Ceará apresentou um saldo migratório mais negativo, sobretudo no desempenho da imigração, que reduziu em relação ao período de comparação anterior. Paraíba, Pernambuco e Bahia embora permaneçam com resultados negativos nas trocas populacionais, diminuíram as perdas entre 2005-2010. O Rio Grande do Norte dobrou o saldo migratório positivo, devido a uma maior retenção populacional, e o Sergipe passou de um pequeno saldo negativo para um ligeiro saldo positivo. Do ponto de vista da eficácia migratória, três Unidades da Federação nordestinas sofreram alteração nos respectivos

¹ O Índice de Eficácia Migratória é a razão entre o saldo migratório e o volume total de migrantes (imigrantes mais emigrantes), variando entre -1 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior a capacidade de absorção de população. Ao contrário, quando o indicador for próximo de menos 1, significa maior evasão populacional, e em torno de zero há um indicativo de rotatividade migratória, o que aponta para um equilíbrio entre imigrantes e emigrantes (veja quadro em anexo).

² Considerou-se como mobilidade espacial o volume de imigrantes e emigrantes que se deslocaram nos quinquênios analisados.

resultados: o Piauí passou de área de baixa evasão para média evasão migratória; o Ceará de rotatividade para baixa evasão migratória e; o Rio Grande do Norte, de espaço de rotatividade para área de baixa absorção migratória.

A Região Sudeste, muito embora tenha sido o espaço onde a mobilidade foi a mais intensa, seguiu sua trajetória de diminuição no volume de imigrantes e emigrantes, situação que foi observada em todas as suas Unidades da Federação. Minas Gerais, apesar de ter permanecido como área de rotatividade migratória, apresentou saldo migratório ligeiramente negativo; o Espírito Santo passou de espaço de baixa absorção para média absorção migratória, aumentando seu saldo migratório; o Rio de Janeiro permaneceu na categoria rotatividade migratória, com pequeno saldo migratório positivo e, São Paulo, com declínio no saldo migratório, mas mantendo-se como área de baixa absorção migratória.

A Região Sul, graças ao desempenho de Santa Catarina, que atraiu um volume 59% maior de imigrantes, foi a única Grande Região do país com aumento na mobilidade espacial da população, no quinquênio 2005-2010. O Paraná experimentou uma redução no saldo migratório negativo, continuando como espaço de rotatividade migratória; Santa Catarina passou de área de baixa absorção para de média absorção migratória, em função dos motivos expostos acima e, o Rio Grande do Sul, embora tenha se mantido como de baixa evasão migratória, apresentou um saldo migratório ainda mais negativo, em função do aumento de aproximadamente 16% no volume da emigração, não compensado pela imigração que ficou praticamente estável.

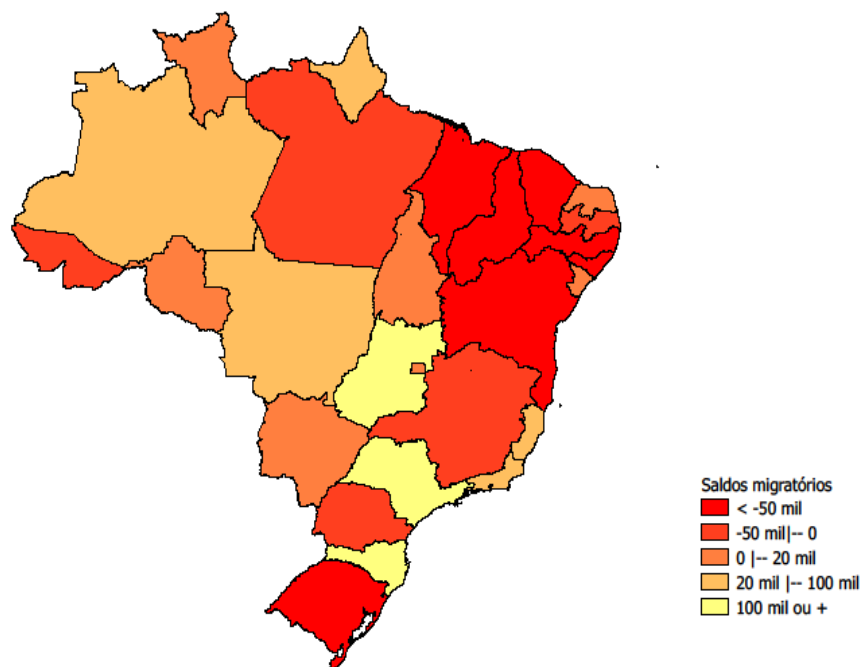
O volume de migrantes na Região Centro-Oeste registrou um pequeno declínio entre os dois períodos observados. O Mato Grosso do Sul passou a apresentar saldo migratório ligeiramente positivo, passando de espaço de rotatividade migratória para área de baixa absorção; o Mato Grosso mudou da categoria de baixa absorção para rotatividade migratória, muito embora tenha reduzido tanto o número de imigrantes quanto os de emigrantes; Goiás, embora tenha se mantido como espaço de média absorção migratória, experimentou leve aumento no saldo migratório, face à redução um pouco mais acentuada no volume de emigrantes e, o Distrito Federal, com redução no volume da imigração e da emigração experimentou uma redução de quase metade do seu saldo migratório positivo, mantendo-se como área de rotatividade migratória.

Tabela 7 - Imigrantes, emigrantes e saldo migratório, segundo as Unidades da Federação - 1995/2000 e 2005/2010

Unidades da Federação	1995/2000			2005/2010		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo Migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo Migratório
Brasil	5 196 093	5 196 093	0	4 643 754	4 643 754	0
Rondônia	83 325	72 735	10 590	65 864	53 643	12 221
Acre	13 634	16 070	- 2 436	13 882	14 746	- 865
Amazonas	89 627	58 657	30 970	71 451	51 301	20 150
Roraima	47 752	14 379	33 373	25 556	11 204	14 352
Pará	182 043	234 239	- 52 195	162 004	201 834	- 39 830
Amapá	44 582	15 113	29 469	37 028	15 228	21 800
Tocantins	95 430	82 515	12 915	85 706	77 052	8 654
Maranhão	100 816	274 469	- 173 653	105 684	270 664	- 164 980
Piauí	88 740	140 815	- 52 075	73 614	144 037	- 70 423
Ceará	162 925	186 710	- 23 785	112 373	181 221	- 68 849
Rio Grande do Norte	77 916	71 287	6 630	67 728	54 017	13 711
Paraíba	102 005	163 485	- 61 480	96 028	125 521	- 29 493
Pernambuco	164 871	280 290	- 115 419	148 498	223 584	- 75 086
Alagoas	55 966	127 948	- 71 983	53 589	130 306	- 76 717
Sergipe	52 111	56 928	- 4 817	53 039	45 144	7 895
Bahia	250 571	518 036	- 267 465	229 224	466 360	- 237 136
Minas Gerais	447 782	408 658	39 124	376 520	390 625	- 14 105
Espírito Santo	129 169	95 168	34 001	130 820	70 120	60 700
Rio de Janeiro	319 749	274 213	45 536	270 413	247 309	23 104
São Paulo	1 223 811	883 885	339 926	991 314	735 519	255 796
Paraná	297 311	336 998	- 39 686	272 184	293 693	- 21 509
Santa Catarina	199 653	139 667	59 986	301 341	128 888	172 453
Rio Grande do Sul	113 395	152 890	- 39 495	102 613	177 263	- 74 650
Mato Grosso do Sul	97 709	108 738	- 11 029	98 973	80 908	18 065
Mato Grosso	166 299	123 724	42 575	143 954	121 589	22 365
Goiás	372 702	169 900	202 802	363 934	156 107	207 827
Distrito Federal	216 200	188 577	27 623	190 422	175 870	14 552

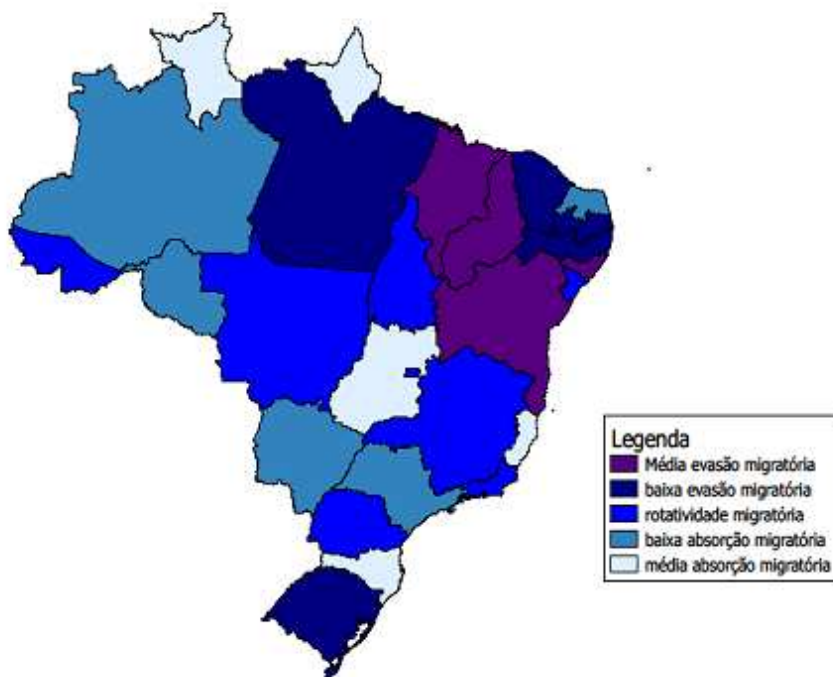
Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000/2010.

Cartograma 1 - Saldos migratórios, segundo as Unidades da Federação - 2005/2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Cartograma 2 - Índice de eficácia migratória, segundo as Unidades da Federação - 2005/2010



MIGRAÇÃO DE RETORNO

A migração de retorno foi medida tomando-se por base a informação daqueles indivíduos que nasceram na Unidade da Federação em que residiam em 2010, e que moravam em outra UF há exatamente 5 anos da data de referência do Censo.

Visando uma melhor apreensão deste fenômeno, foi calculada a participação relativa dos imigrantes de retorno no total da imigração para o país e para cada Unidade da Federação.

Os migrantes de retorno somaram 1 144 211 pessoas entre 1995 e 2000 e 999 659 no quinquênio 2000/2005, representando 22,0% e 21,5% no total de imigrantes para o país, respectivamente.

Nesse contexto, os estados da Região Norte que apresentaram aumentos na proporção de migrantes de retorno foram Rondônia, Roraima e Amapá, com respectivamente, 10,3%, 6,3% e 6,8% no quinquênio 2005/2010. Os estados do Amazonas Pará e Tocantins permaneceram praticamente no mesmo patamar do período anterior, com 10,2%, 16,1% e 15,1%, sendo o Pará aquele que apresentou a maior participação de retornados em relação ao número de imigrantes. Entre 1995 e 2000 o estado do Acre foi o que apresentou a maior proporção de imigrantes de retorno da região Norte, e no período compreendido entre 2005 e 2010 foi o único que apresentou redução na proporção de retornados em relação ao período anterior, passando de 21,0% para 15,3% do total de imigrantes.

Os estados da região Nordeste, tanto em 2000 quanto em 2010 apresentaram as maiores proporções de retornados quando comparados com as outras regiões do país, ultrapassando os 35,0% do total de imigrantes na maioria de seus estados entre 2005 e 2010, com exceção do Rio Grande do Norte (30,2%) e Sergipe (25,5%). Todos os estados nordestinos tiveram reduções na proporção de retornados, embora permanecendo como a região com as maiores proporções de imigrantes retornados do país. As maiores reduções relativas nos volumes de migrantes retornados na região nordeste foram observadas nos estados do Piauí e Ceará, e as maiores reduções na proporção de retornados em relação ao total da imigração foram observadas nos estados da Paraíba e Pernambuco.

No Sudeste, Minas Gerais e Espírito Santo apresentaram reduções na proporção de retornados, sendo que o primeiro, mesmo tendo seu volume reduzido, ultrapassou os 25,0% tanto no quinquênio 1995/2000 quanto em 2005/2010. Já o Rio de Janeiro e São Paulo tiveram aumento, tanto no volume

quanto na proporção de retornados, sendo que São Paulo aumentou em cerca de 33,0% o volume de migrantes retornados entre os dois períodos analisados, correspondendo a 9,7% do total de imigrantes em 1995/2000 e 15,8% em 2005/2010. O Rio de Janeiro teve uma proporção de retornados de 15,6% em 1995/2000 e 17,4% em 2005/2010.

Paraná e Rio Grande do Sul apresentaram altas proporções de imigrantes de retorno quando comparadas com os demais estados do Centro-Sul brasileiro, tanto em 1995/2000 quanto em 2005/2010, ficando o primeiro com 29,0% e o segundo com 38,9% do total de imigrantes entre 2005/2010. O Rio Grande do Sul destaca-se por apresentar um percentual de imigrantes de retorno comparável com os estados da Região Nordeste, inclusive com aumento desta participação, que em 1995/2000 era de 35,9%. Paraná e Santa Catarina experimentaram reduções na proporção de retornados.

No Centro-Oeste, foram observados aumentos dos retornados no Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e no Distrito Federal, destacando-se este último com aumento significativo no volume de imigrantes retornados entre os dois períodos, 9 501 (4,4% do total de imigrantes) e 19 939 (10,5% do total de imigrantes) respectivamente em 1995/2000 e 2005/2010. O estado de Goiás apresentou uma pequena redução na proporção de retornados, passando de 14,6% (1995/2000) para 13,1% (2005/2010).

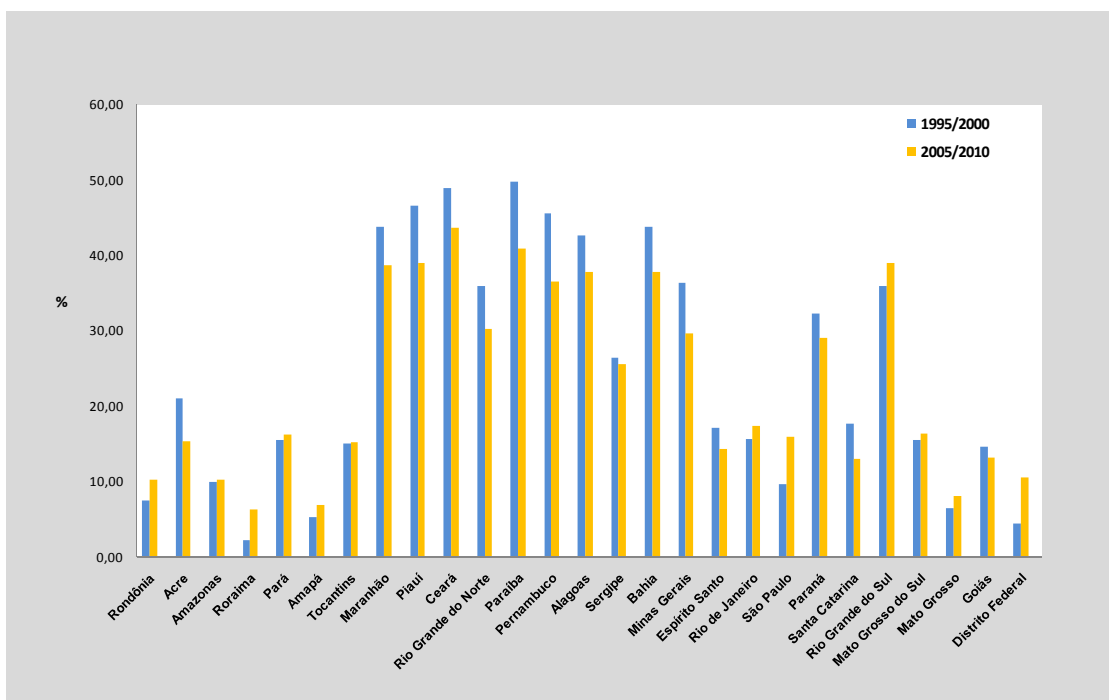
O estado que apresentou a maior proporção de imigrantes retornados no quinquênio 2005/2010 foi o Ceará (43,6%) e a menor proporção, Roraima (6,3%).

Tabela 8 - Imigrantes de retorno e participação relativa, segundo as Unidades da Federação - 1995/2000 e 2005/2010

Unidades da Federação	Imigrantes de retorno			
	1995/2000	2005/2010	Participação relativa no total de imigrantes	
			1995/2000	2005/2010
Brasil	1 144 211	999 659	22,0	21,5
Rondônia	6 194	6 762	7,4	10,3
Acre	2 864	2 124	21,0	15,3
Amazonas	8 931	7 277	10,0	10,2
Roraima	1 020	1 621	2,1	6,3
Pará	28 241	26 126	15,5	16,1
Amapá	2 327	2 529	5,2	6,8
Tocantins	14 366	12 970	15,1	15,1
Maranhão	44 042	40 913	43,7	38,7
Piauí	41 311	28 695	46,6	39,0
Ceará	79 574	49 003	48,8	43,6
Rio Grande do Norte	28 005	20 434	35,9	30,2
Paraíba	50 649	39 222	49,7	40,8
Pernambuco	75 005	54 049	45,5	36,4
Alagoas	23 830	20 274	42,6	37,8
Sergipe	13 756	13 502	26,4	25,5
Bahia	109 527	86 637	43,7	37,8
Minas Gerais	162 421	111 448	36,3	29,6
Espírito Santo	22 000	18 744	17,0	14,3
Rio de Janeiro	50 027	47 112	15,6	17,4
São Paulo	118 334	156 875	9,7	15,8
Paraná	95 935	79 043	32,3	29,0
Santa Catarina	35 290	39 011	17,7	12,9
Rio Grande do Sul	40 734	39 924	35,9	38,9
Mato Grosso do Sul	15 037	16 139	15,4	16,3
Mato Grosso	10 740	11 499	6,5	8,0
Goiás	54 550	47 787	14,6	13,1
Distrito Federal	9 501	19 939	4,4	10,5

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000/2010.

Gráfico 6 - Participação relativa dos imigrantes de retorno no total de imigrantes, segundo as Unidades da Federação - 1995/2000 e 2005/2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000/2010.

IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL

O Censo Demográfico 2010 registrou 268 295 imigrantes internacionais, pelo critério de data-fixa, que se referem aos indivíduos que residiam no Brasil na data do Censo, mas que residiam em um país estrangeiro cinco anos antes. Esse número foi 86,7% maior do que o encontrado pelo Censo Demográfico 2000, num total de 143 644 imigrantes.

As principais Unidades da Federação de destino desses imigrantes foram São Paulo, Paraná e Minas Gerais que, juntas, receberam mais da metade dos imigrantes internacionais do período, seguidas de Rio de Janeiro e Goiás. No Censo Demográfico 2000, as principais Unidades da Federação de destino dos imigrantes internacionais eram São Paulo e Paraná, seguidas de Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

Do total de imigrantes internacionais registrados no Censo Demográfico 2010, 175 766 indivíduos nasceram no Brasil. Isto significa que 65,5% dos imigrantes do período são imigrantes internacionais de retorno. No Censo Demográfico 2000 foram registrados 87 886 imigrantes internacionais de

retorno, representando 61,2% dos imigrantes do período. Com isto, vê-se que, o número de imigrantes internacionais de retorno, captados pelo Censo Demográfico 2010, dobrou em relação àquele registrado no Censo Demográfico 2000.

Os principais países de origem dos imigrantes, segundo o Censo Demográfico 2010, foram: Estados Unidos (52 050), Japão (41 045), Paraguai (24 610), Portugal (21 673) e Bolívia (15 651). Na década anterior, os principais países de origem dos imigrantes eram: Paraguai (35 446), Japão (19 692), Estados Unidos (16 695), Argentina (7 797) e Bolívia (6 021).

Ressalta-se que, segundo o Censo Demográfico 2010, entre os imigrantes destes países, o percentual de nascidos no Brasil (imigrantes internacionais de retorno) foi relativamente maior entre os que vieram dos Estados Unidos (84,1% eram retornados), Japão (89,3%) e Portugal (76,7%), e menor entre aqueles com origem no Paraguai (56,4%) e na Bolívia (24,5%).

Tabela 9 - Pessoas que residiam em país estrangeiro há cinco anos antes da data de referência do censo e participação relativa segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação – 1995/2000 e 2005/2010.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoas que residiam em país estrangeiro há cinco anos antes da data de referência do censo		Participação relativa (%)	
	1995/2000	2005/2010	1995/2000	2005/2010
Brasil	143 644	268 295	100	100
Norte	7 538	15 661	5,2	5,9
Rondônia	1 124	3 605	0,8	1,4
Acre	699	891	0,5	0,3
Amazonas	2 033	3 626	1,4	1,3
Roraima	1 225	1 089	0,9	0,4
Pará	1 716	4 471	1,2	1,7
Amapá	501	874	0,3	0,3
Tocantins	240	1 105	0,2	0,4
Nordeste	8 456	23 169	5,9	8,5
Maranhão	244	1 442	0,2	0,5
Piauí	269	433	0,2	0,2
Ceará	1 405	3 750	1	1,4
Rio Grande do Norte	669	1 754	0,5	0,7
Paraíba	589	1 965	0,4	0,7
Pernambuco	1 927	3 960	1,3	1,5
Alagoas	220	571	0,2	0,2
Sergipe	189	411	0,1	0,2
Bahia	2 943	8 882	2	3,2
Sudeste	62 039	134 659	43,2	50,2
Minas Gerais	8 310	27 566	5,8	10,3
Espírito Santo	1 514	6 333	1,1	2,4
Rio de Janeiro	13 373	18 947	9,3	7,1
São Paulo	38 842	81 813	27	30,4
Sul	47 944	62 777	33,4	23,5
Paraná	32 011	39 119	22,3	14,6
Santa Catarina	6 328	12 219	4,4	4,6
Rio Grande do Sul	9 604	11 439	6,7	4,3
Centro-Oeste	17 667	32 029	12,3	11,9
Mato Grosso do Sul	8 322	9 040	5,8	3,4
Mato Grosso	3 359	3 994	2,3	1,6
Goiás	2 218	12 540	1,5	4,6
Distrito Federal	3 768	6 455	2,6	2,3

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000/2010.